



PROJETO DE LEI N.º 162/05, de 01 de novembro de 2005

**VIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto a União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DO PIAUÍ**, Estado do Piauí faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de **R\$ 247.975,76 (Duzentos quarenta e sete mil, novecentos setenta e cinco reais, setenta e cinco centavos)**, obedecidas as demais prescrições legais à contratação de operações da espécie.

**Parágrafo Único.** Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

Art. 2º Para ~~garantia~~ do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou transferir à União, em caráter irrevogável e irretratável, a título pró solvendo, os créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3º, da Constituição Federal.

**Parágrafo Único.** O procedimento autorizado no "caput" deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer, em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento do Município ou em Créditos Adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do município no Projeto e das

despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Cabeceiras do Piauí, em 01 de novembro de 2005.

  
José Arimateia Veloso Machado  
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado Em 1º a Discussão 1º  
 a Reunião ORDINÁRIA  
 1ª Sessão Data 21.11.05  
*Domingos de Sousa Sardo*  
 - Secretário da Mesa -

Ordem do Dia 21.11.05  
 1ª Sessão 19:30 Hrs  
 Pauta para 1ª a Discussão  
*Domingos de Sousa Sardo*  
 - Secretário da Mesa -

Aprovado Em 2ª a Discussão 2ª  
 a Reunião ORDINÁRIA  
 2ª Sessão Data 12.12.05  
*Domingos de Sousa Sardo*  
 - Secretário da Mesa -

Ordem do Dia 12.12.05  
 2ª Sessão 19:30 Horas  
 Pauta para 2ª a Discussão  
*Domingos de Sousa Sardo*  
 - Secretário da Mesa -

CAMARA MUNICIPAL  
 DE  
 CABEÇIRAS DO PIAUI

Visto em 12.12.05  
*Rmly*  
 - Presidente -

**A SANÇÃO**  
 Em 12.12.05  
*Rmly*  
 - Presidente da Câmara -

CAMARA MUNI. IP.  
 DE  
 CABEÇIRAS DO PIAUI  
 Ao Sr. PREFEITO MUNICIPAL  
 em 12.12.05  
*Rmly*  
 - Presidente -

PREFEITURA MUNICIPAL  
 DE  
 CABEÇIRAS DO PIAUI

Lei nº 162/2005  
 Sancionada em 12.12.2005  
*[Signature]*